

5. Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade por infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. Responsabilidade supletiva. Substituição tributária. Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito.

6. Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. Garantias e privilégios do crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.

7. Tributos. Conceito. Natureza jurídica. Classificação: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos• compulsórios e contribuições sociais. Contribuições: espécies e natureza jurídica. Pedágio. Tributação dos ganhos de capital: tendências do sistema e seus fundamentos. Tributação sobre o valor agregado: tendências do sistema e seus fundamentos.

8. Ilícito tributário. Ilícito e sanção. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário: crimes contra a ordem tributária, apropriação indébita. Sanção administrativa e sanção penal. Responsabilidade penal. Sanções pessoais.

9. Lei Complementar nº87/96 – Lei Kandir.

XII - DIREITO ELEITORAL:

- 1. Direitos Políticos.
- 1.1. Direitos fundamentais e direitos políticos;
- 1.2. Privação dos direitos políticos.
- 2. Direito Eleitoral.
- 2.1. Conceito e fundamentos;
- 2.2. Fontes do Direito Eleitoral;
- 2.3. Princípios de Direito Eleitoral;
- 2.4. Hermenêutica eleitoral.
- 3. Organização eleitoral.
- 3.1. Distribuição territorial;
- 3.2. Sistemas eleitorais.
- 4. Justiça Eleitoral.
- 4.1. Características institucionais;
- 4.2. Órgãos e composição;
- 4.3. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral;
- 4.4. Competências;
- 4.5. Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições.
- 5. Ministério Público Eleitoral.
- 5.1. Composição;
- 5.2. Atribuições;
- 5.3. Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral.
- 6. Capacidade eleitoral.
- 6.1. Requisitos;
- 6.2. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.
- 7. Alistamento eleitoral.
- 7.1. Ato de alistamento;
- 7.2. Fases do alistamento;
- 7.3. Efeitos do alistamento;
- 7.4. Cancelamento e exclusão;
- 7.5. Revisão do eleitoralado.
- 8. Elegibilidade.
- 8.1. Registro de candidaturas;
- 8.2. Impugnações ao registro de candidaturas;
- 8.3. Inelegibilidades;
- 8.3.1. Inelegibilidades constitucionais;
- 8.3.2. Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais;
- 8.3.3. Arguição judicial de inelegibilidade.
- 9. Partidos políticos.
- 9.1. Sistemas partidários;
- 9.2. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos;
- 9.3. Órgãos partidários;
- 9.4. Filiação partidária;
- 9.5. Fidelidade partidária;
- 9.6. Financiamento dos partidos políticos, controle de arrecadação e prestação de contas.
- 10. Garantias eleitorais.
- 10.1. Liberdade de escolha;
- 10.2. Proteção jurisdicional contra a violência atentatória à liberdade de voto;
- 10.3. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político;
- 10.4. Transporte de eleitores das zonas rurais.
- 11. Propaganda eleitoral.
- 11.1. Conceito;
- 11.2. Pesquisas e testes pré-eleitorais;
- 11.3. Propaganda eleitoral em geral;
- 11.4. Propaganda eleitoral na imprensa;
- 11.5. Propaganda eleitoral no rádio e na televisão;
- 11.6. Direito de resposta;
- 11.7. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais;
- 11.8. Captação irregular de sufrágio;
- 11.8.1. Inquérito civil eleitoral.
- 12. Atos preparatórios à votação.
- 13. Processo de votação.
- 14. Apuração eleitoral.
- 14.1. Diplomação;
- 14.2. Recurso contra expedição de diploma;
- 14.3. Realização de novas eleições e convocação do segundo colocado.
- 15. Ações judiciais eleitorais.
- 15.1. Representações;
- 15.2. Ação de impugnação de registro de candidatura;
- 15.3. Ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder;

- 15.4. Ação por captação irregular de sufrágio;
- 15.5. Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais;
- 15.6. Ação de impugnação de mandato eletivo.
- 16. Recursos eleitorais.
- 17. Crimes eleitorais.
- 17.1. Princípios constitucionais aplicáveis aos crimes eleitorais;
- 17.2. Crimes eleitorais puros ou específicos;
- 17.3. Crimes eleitorais acidentais;
- 17.4. Crimes cometidos no alistamento eleitoral;
- 17.5. Crimes cometidos no alistamento partidário;
- 17.6. Crimes eleitorais em matéria de inelegibilidades;
- 17.7. Crimes eleitorais na propaganda eleitoral;
- 17.8. Corrupção eleitoral;
- 17.9. Coação eleitoral;
- 17.10. Crimes eleitorais na votação;
- 17.11. Crimes eleitorais na apuração;
- 17.12. Crimes eleitorais no funcionamento do serviço eleitoral;
- 17.13. Crimes eleitorais que podem ser cometidos em qualquer fase do processo eleitoral;
- 17.14. Crimes eleitorais e sanções penais.
- 18. Processo penal eleitoral.
- 18.1. Prisão e período eleitoral;
- 18.2. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral;
- 18.3. Medidas despenalizadoras;
- 18.4. Ação penal eleitoral;
- 18.5. Recursos.

XIII – LEGISLAÇÃO DE INTERESSE INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

- 1. Constituição Federal do Brasil, Título IV, Capítulo IV, Das Funções Essenciais à Justiça, Seção I: Do Ministério Público.
- 2. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93).
- 3. Constituição do Estado do Pará (Art. 178 à 186).
- 4. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará (Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 e alterações posteriores).
- 5. Lei Complementar nº 75/93 (Ministério Público da União).

XIV – DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS:

- 1. **Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.** Defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em juízo: princípios gerais.
- 2. **Principais categorias e legislação respectiva:**
 - 2.1. **Meio Ambiente e Urbanismo.** Direito do Ambiente: conceito, princípios e objeto. Tutela constitucional do ambiente. Tutela ambiental na Constituição do Estado do Pará. Bem jurídico ambiental. Meio Ambiente e a Função sócio-ambiental da propriedade. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81): princípios, objetivos e instrumentos. Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Legislação do Estado do Pará relativa à Política Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual nº 5.887/1995). Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. (Lei Federal nº 9.985/00): tipos de unidades, objetivo e categorias. Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12): Área de Preservação Permanente e Área de Reserva Legal. Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/97): Instrumentos, outorga, cobrança e uso de recursos hídricos. Estudo de impacto ambiental. Licenciamento Ambiental. (EIA/RIMA). Resolução CONAMA nº 01/1986, Resolução CONAMA nº 09/1987 e Resolução CONAMA nº 237/1997, Lei Complementar nº 140/2011. Patrimônio Natural, Histórico e Artístico (Decreto-Lei 25/1937). A tutela judicial e extrajudicial do meio ambiente. Lei Federal nº 7.347/85. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal pelo dano ambiental. Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01): Dos instrumentos da política urbana. Código de Mineração (Decreto Lei 227/1967). Recursos Minerais. Pesquisa. Lavra. Licenciamento da Atividade de Mineração. Compensação Financeira sobre Exploração Minerária (CFEM). Legislação federal e estadual.
 - 2.2. **Idoso. Pessoa com deficiência.** (Convenção dos direitos das pessoas com deficiência e Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989). Inclusão social. Saúde Pública. Assistência Social. Educação. Serviços de relevância pública. Acessibilidade. Pessoas portadoras de transtornos mentais. Igualdade Racial.
 - 2.3. **Consumidor.** Código de defesa do consumidor. A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988. Política nacional de relações de consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções administrativas. Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
 - 2.4. **Infância e Juventude:** Acesso à justiça. Ministério Público. Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos.
- 3. **Ação civil pública.** Conceito e objeto. Tutela principal e cautelar. Interesse de agir. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio e assistência. Atuação do Ministério Público. Competência. Sentença. Multa diária e liminar. Recursos. Coisa julgada. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados.
- 4. **Inquérito civil.** Natureza. Finalidade. Princípios. Instauração. Poderes instrutórios. Termo de ajustamento de conduta. Arquivamento e Desarquivamento. Controle. Recomendações.

ANEXO II
CRONOGRAMA DAS PROVAS E PUBLICAÇÕES
INSCRIÇÕES

Período das Inscrições Preliminares (exclusivamente via <i>internet</i>)	16/06/2014 a 15/07/2014
Período da solicitação de isenção do pagamento do valor da inscrição (exclusivamente via <i>internet</i>)	23/06/2014 a 25/06/2014
Último dia para pagamento do valor da inscrição	15/07/2014
Divulgação das solicitações de isenção deferidas e indeferidas, no endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas	03/07/2014
Divulgação das solicitações de isenção deferidas e indeferidas, após análise de recursos, no endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas	11/07/2014
Publicação de deferimento das Inscrições Preliminares	18/07/2014

PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVAS

Publicação no Diário Oficial do Edital de Convocação para a Prova Objetiva e Divulgação do Local de Provas no endereço eletrônico da FCC.	06/08/2014
Prova Objetiva	17/08/2014
Divulgação do Gabarito e das Questões da Prova Objetiva	19/08/2014
Publicação do Resultado da Prova Objetiva	26/09/2014
Publicação do Resultado da Prova Objetiva, após recurso, se for o caso, e Convocação para as Provas Discursivas	10/10/2014
1ª Prova Discursiva	18/10/2014
2ª Prova Discursiva	19/10/2014
3ª Prova Discursiva	19/10/2014
Sessão de Reidentificação das Provas Discursivas	11/11/2014
Publicação do Resultado das Provas Discursivas	12/11/2014
Vista das Provas Discursivas	12/11/2014 a 14/11/2014
Publicação do Resultado das Provas Discursivas, após recurso, se for o caso, e Convocação para Inscrição Definitiva e Apresentação dos Títulos	16/01/2015

INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Entrega de documentos	19/01/2015 e 23/01/2015
Publicação do deferimento da Inscrição definitiva	03/02/2015
Publicação do deferimento da Inscrição definitiva, após recursos, se for o caso, e de Convocação para a Prova Oral de Arguição e de Tribuna.	20/02/2015

AVALIAÇÃO POR EQUIPE MULTIPROFISSIONAL – CANDIDATOS HABILITADOS COM DEFICIÊNCIA

Avaliação por equipe multiprofissional	21/01/2015 a 23/01/2015
--	-------------------------

PROVA ORAL DE ARGUIÇÃO E DE TRIBUNA

Prova Oral de Arguição e Prova de Tribuna	27/02/2015 a 05/03/2015
Publicação do Resultado da Prova Oral de Arguição e Prova de Tribuna	17/03/2015
Publicação do Resultado da Prova Oral de Arguição e Prova de Tribuna, após recursos, se houver	28/04/2015

TÍTULOS

Publicação do Resultado	05/05/2015
-------------------------	------------

RESULTADO FINAL

Publicação	22/05/2015
------------	------------

Obs: CRONOGRAMA SUJEITO À ALTERAÇÃO

CONVÊNIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700328

Convênio: 0-SN
Exercício: 2014
Objeto: Acesso do Ministério Público do Estado do Pará, mediante utilização de recursos de informática, ao cadastro de dados de consumidores da CELPA.
Valor Total: 0,00
Assinatura: 16/04/2014
Vigência: 16/04/2014 a 15/04/2019
Partes:
Beneficiário ente Público: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Concedente: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A
Ordenador: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES